

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 29 de março de 2019

## BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018		31/12/2017	
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	154.732	281.703		
Títulos e valores mobiliários	4	319.880	604.783		
Contas a receber de clientes	5	168.271	173.768		
Estoques		7.285	7.657		
Partes relacionadas	6	36.755	99.275		
Impostos a recuperar	7	12.190	15.712		
Bens destinados à venda	8	736	224.943		
Outros créditos	9	82.324	58.960		
Total do ativo circulante		782.173	1.466.801		
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	5	486	100.834		
Impostos a recuperar	7	12.364	2.766		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.b	-	108.104		
Partes relacionadas	6	759.715	1.155.121		
Depósitos judiciais	17.d	62.376	50.559		
Outros créditos	9	10.512	27.140		
		845.453	1.444.524		
Investimentos					
Em controladas e controladas em conjunto		584.533	539.535		
Outros		3.131	4.031		
	10	587.664	543.566		
Imobilizado					
Intangível	3.6	54.641	254.497		
		2.246	4.037		
Total do ativo não circulante		1.490.004	2.246.624		
<b>Total do ativo</b>		<b>2.272.177</b>	<b>3.713.425</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Transações com sócios		Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados		Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>		3.046.606	1.818	-	-	15.414	-	(1.222.888)	1.818	1.416.567
Transações com sócios		-	1.818	-	-	-	-	-	1.818	238.786
Aumento de capital por aquisição de investimento		-	238.786	-	-	-	-	-	-	238.786
Redução de capital por cisão parcial de ativos		-	(136.432)	-	-	-	-	-	-	(136.432)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	(55.374)	-	316.378	-	261.004
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		3.148.960	(420.747)	-	-	(39.960)	-	(906.510)	-	1.781.743
Baixa de dividendos propostos prescritos		-	-	-	-	-	-	1	1	1
Transações com sócios	18	-	(19.766)	-	-	-	-	-	-	(19.766)
Absorção de acervo por incorporação	1/10/18	-	(728.768)	52.361	-	3.130	-	(382.876)	-	(673.277)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	(48.239)	-	(382.876)	-	(431.115)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>2.272.177</b>	<b>(388.152)</b>	<b>(85.069)</b>	<b>-</b>	<b>(1.289.385)</b>	<b>-</b>	<b>657.586</b>	<b>-</b>	<b>657.586</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras										

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. ("Companhia") foi constituída em 1939, com sede em São Paulo - SP e tem por objetivos principais a execução de serviços de construção, terraplenagem, obras de engenharia, montagem de usinas hidrelétricas, térmicas e eólicas, manutenção e montagem de gasodutos e oleodutos, transporte e apoio aquaviário, operação portuária, exploração naval, importação, exportação e demais atividades relacionadas, além da participação em outras sociedades. Reestruturação

Em 30 de março de 2018, a holding Camargo Corrêa Construções e Participações S.A. ("CCCP" ou "Controladora") cindiu parcialmente os bens, direitos e obrigações da Companhia ao valor contábil com base no balanço patrimonial de 28 de fevereiro de 2018, com versão das parcelas cindidas do patrimônio líquido da Companhia para as controladas indiretas Camargo Corrêa Infra Construções S.A. ("CCIC") e Camargo Corrêa Infra Projetos S.A. ("CCIP") no valor de R\$149.880. Em ato contínuo, a CCIP aumentou o capital da Companhia com as participações adquiridas nessas controladas indiretas, pós cisão, que por sua vez aumentou o capital na controlada direta, Camargo Corrêa Infra Participações S.A. ("CCI Part"), no valor de R\$149.880, destacados a seguir:

	28/02/2018
Ativo não circulante:	
Investimento	91.648
Equipamentos (Nota 11)	151.103
Passivo não circulante:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16)	29.903
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12)	62.968
Acervo líquido cindido	149.880

(a) Em 1º de outubro de 2018, a Companhia incorporou a parcela cindida com versão do patrimônio remanescente da investida EPC Compra e Venda de Equipamentos Industriais Ltda, ao valor contábil com base no balanço patrimonial de 20 de setembro de 2018, totalizando R\$51.331, destacados a seguir:

	20/09/2018
Ativo circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	201
Impostos a recuperar	4.766
Passivo circulante:	
Outras contas a pagar - partes relacionadas	3.436
Acervo líquido incorporado	1.531

(b) Em 28 de novembro de 2018, a Controladora simplificou a estrutura societária de suas empresas controladas. Desta forma, a Controladora aumentou o capital social na Camargo Corrêa Energia e Indústria S.A. ("CCEI") com conferência de bens, direitos e obrigações ao valor contábil com base no balanço patrimonial de 31 de outubro de 2018, totalizando R\$812.342. Subsequentemente, as atividades até então desenvolvidas pela CCEI foram concentradas na Companhia mediante incorporação de bens, direitos e obrigações ao valor contábil totalizando R\$673.277, destacados a seguir:

	31/10/2018
Ativo circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	229
Partes relacionadas	182
Dividendos a receber	4.584
Outros créditos	5.227
Ativo não circulante:	
Depósitos judiciais	3.351
Créditos tributários	2.718
Investimentos	664
Imobilizado e intangível (Nota 11)	7.869
Passivo circulante:	
Fornecedores	4.275
Partes relacionadas	254
Obrigações a recolher e encargos sociais	385
Adiantamento de clientes	1.071
Custos a incorrer	11.150
Partes relacionadas	674.252
Provisões contingências	2.389
Provisão para perda de investimentos: Jitmyery Company S.A.	3.925
Acervo líquido cindido	(673.277)

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, em linha com o normativo de orientação contábil OCP 07, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CFC).

A Administração adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Estimativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a revisão dos custos e receitas decorrentes dos contratos de construção, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as análises do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, registro/reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Administração aprovou as presentes demonstrações financeiras para divulgação em 29 de março de 2019.

## 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas foram as seguintes:

## 3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) valor justo ao resultado ou (b) custo amortizado. Os títulos classificados como valor justo possuem seus efeitos reconhecidos no resultado e pelo custo amortizado seus efeitos são reconhecidos ao resultado mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custos de transações diretamente atribuído.

**3.2. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa**  
Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras. Estão também incluídos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos.

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação dos impactos nas perdas estimadas futuras de crédito devido sua atividade. A Companhia considera não serem materiais os efeitos da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

## 3.3. Estoques

São compostos por materiais destinados à aplicação nas obras em andamento e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, os quais são inferiores aos valores de realização.

## 3.4. Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Os investimentos em controladas, em controladas em conjunto e em coligadas nos quais a Companhia possui influência significativa são registrados com base no método de equivalência patrimonial. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo de aquisição ou constituição, e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Os ganhos e perdas por participação societária nos resultados das investidas são apresentados na demonstração do resultado da Companhia como resultado de equivalência patrimonial.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia. A Companhia reconhece a perda adicional do valor recuperável quando há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de controle sobre a controlada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo, sendo a diferença reconhecida no resultado do exercício.

## 3.5. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. As depreciações são reconhecidas com base na vida útil de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. Os ativos com base na vida útil linear possuem as seguintes taxas anuais: imóveis - 4%; máquinas e equipamentos, veículos, equipamentos de informática e outros - 10%; 20%; móveis e utensílios - 10%; e benfeitorias em imóveis de terceiros - conforme os prazos contratuais. A vida útil dos ativos imobilizados é avaliada anualmente. A Companhia deprecia máquinas e equipamentos com base nas horas efetivamente utilizadas.

Tal procedimento reflete o padrão de aproveitamento dos benefícios econômicos esperados. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, através de empresa especializada, revisou o valor recuperável dos ativos, e concluiu não haver necessidade de provisão. Adicionalmente, não foram identificados indicadores de mudança de vida útil dos ativos imobilizados.

## 3.6. Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, representado basicamente por gastos com implementação e com melhorias de sistemas informatizados. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 20% ao ano.

## 3.7. Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos resultados e bônus. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

## 3.8. Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais direitos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade no fim do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

## 3.9. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a fazer a transação sem favorecimento.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado do exercício.

## Ativos financeiros

A classificação dos ativos é determinada no reconhecimento inicial, sendo classificados nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado correspondem a ativos mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

(a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou  
(b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou  
(c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. São representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(ii) Custo amortizado é representado, principalmente, pelo ativo financeiro a receber com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo que são classificados como "Custo amortizado". O Custo amortizado é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, é mensurado pelo custo amortizado menos o método dos juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

## 3.10. Contratos de prestação de serviço de construção e contratos onerosos

A receita de prestação de serviço é apurada e reconhecida em virtude da evolução de cada obra. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja praticado o método de custos de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados ou descontinuados.

Em 31 de dezembro de 2018, essas controladas sediadas no exterior, estão relacionadas abaixo:

Moeda Funcional	País
Construções e Comércio Camargo Correa S.A. - Sucursal Argentina (iii)	Peso argentino Argentina
Construções e Comércio Camargo Correa S.A. - Sucursal Peru	Novo sol Peru
Construções e Comércio Camargo Correa S.A. - Sucursas Venezuela (i)	Bolívar venezuelano Venezuela
3.11. Conversão de saldos em moedas estrangeiras e base para conversão das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior	Kwanza Angola
Camargo Correa Moçambique, Lda.	Meticul Moçambique
Camargo Correa Peru S.A. Ingeniería y Construcciones	Novo sol Peru
Camargo Correa Ecuador S.A., Ingeniería & Construcciones	Dólar americano Ecuador
SW Southern Investments Ltd	Euro Ilhas Cayman
Jitmyery Company S.A.	Dólar americano Uruguai

(i) A Venezuela é considerada um país de economia hiperinflacionária, consequentemente, as informações financeiras da Construções e Comércio Camargo Correa S.A. - Sucursal Venezuela ("CCVE") estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela em cada data de balanço. Em 26 de janeiro de 2018, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 39, publicado no Diário Oficial Nº 41.329 (vigente a partir de 26 de janeiro de 2018) que alterou o mercado cambial venezuelano, regulamentando apenas um tipo de câmbio legalmente reconhecido.

De acordo com o Convênio Cambial nº 39, existe agora apenas uma taxa de câmbio, denominada Taxa de Câmbio Complementar do Mercado Flutuante (DICOM). A antiga taxa de câmbio protegida denominada DIPRO foi revogada pelo Convênio Cambial nº 39.

O Convênio Cambial nº 39 estabelece: (i) operações no DICOM através do mecanismo de leilão de moeda; (ii) operações de câmbio de varejo; e (iii) operações em negociações comerciais, em moeda nacional, de títulos em moeda estrangeira emitidos pelo setor privado.

Pessoas físicas e jurídicas do setor privado (como a CCVE) podem apresentar sua oferta e demanda por moedas (qualquer moeda) nos leilões do DICOM. O valor da taxa de câmbio da DICOM será determinado pelo menor preço proposto pelas pessoas jurídicas que necessitam de moeda estrangeira.

A atual taxa de câmbio DICOM será a correspondente ao último leilão ocorrido.

Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de câmbio utilizada para conversão foi de R\$0,006087, conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil.

(ii) A Angola foi considerada economia hiperinflacionária desde 2017. A subsidiária não possui atividades operacionais significativas, sendo que também não possui ativos e passivos não monetários significativos, dessa forma aplicou a taxa fim para a conversão das demonstrações financeiras,

A Administração			
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de reais - R\$, exceto o (prejuízo) lucro por ação)			
	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	19	203.306	1.072.720
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	20	(253.309)	(851.815)
<b>(Prejuízo) lucro bruto</b>		<b>(50.003)</b>	<b>220.905</b>
<b>(Despesas) receitas operacionais</b>			
Gerais e administrativas	20	(159.310)	(226.194)
Outras despesas operacionais líquidas	21	(110.342)	(286.171)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(79.955)	343.354
<b>(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro e dos tributos</b>		<b>(399.610)</b>	<b>51.894</b>
Receitas financeiras	22	79.200	412.741
Despesas financeiras	22	(48.816)	(72.088)
Variação cambial, líquida	22	128.557	5.826
<b>(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(241.169)</b>	<b>398.373</b>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	16.a	(981)	(84.955)
Diferidos	16.a	(140.726)	2.960
<b>(Prejuízo) lucro líquido do exercício</b>		<b>(382.876)</b>	<b>316.378</b>
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação (em reais)	18	(481,58)	477,42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: vida útil do ativo imobilizado, custo orçado das obras, provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. O impacto de tais revisões é reconhecido no exercício em que são efetuadas.

**3.15. Consórcios**

De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, as participações em consórcios são classificadas como operação em conjunto e, consequentemente, têm seus ativos, passivos, receitas e despesas reconhecidas linha a linha nas contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado, na proporção do percentual de participação em cada consórcio.

**3.16. Demonstrações financeiras consolidadas**

A Companhia optou em não preparar as demonstrações financeiras consolidadas, como permitido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, pois: (a) a Companhia é uma subsidiária integral, sendo que o controlador não tem objeção; (b) não existem instrumentos de patrimônio ou de dívida negociados em mercado aberto, nem está em processo de abertura de capital; e (c) a controladora irá publicar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC.

**3.17. Normas novas, revisadas e interpretações emitidas**

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil	Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRS 16. Refere-se à definição e à orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro	Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRIC 13 - trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia pretende adotar as novas normas e/ou alterações na data de vigência requerida com base no método aplicável a cada pronunciamento podendo ser sua apresentação de forma retrospectiva ou prospectiva. Na avaliação preliminar da Companhia não se espera que essas modificações possam ter um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

**4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	Caixa e equivalentes de caixa	Títulos e valores mobiliários
	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa e bancos	62.883	13.335
Certificados de Depósito Bancário - CDBs - Moeda Nacional	81.692	30.614
Títulos de renda fixa - Moeda Estrangeira	-	-
Debêntures compromissadas	-	119.973
Fundo de renda fixa	-	7.198
Fundos exclusivos	10.157	110.583
Total	<b>154.732</b>	<b>281.703</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações mantidas junto a instituições financeiras nacionais e internacionais de primeira linha. Estas operações são remuneradas, na sua maior parte, com base na variação do CDI, em condições e taxas normais de mercado, cuja rentabilidade média aproxima a 97,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (rentabilidade de 90% a 115% em 31 de dezembro de 2017).

O fundo exclusivo é administrado pelo Banco Itaú, que aplica em renda fixa, títulos públicos federais (Tesouro SELIC (LFT) e Tesouro Prefixado (LTN)), debêntures e letras financeiras de bancos de primeira linha.

O saldo de caixa e bancos é composto por valores em moedas nacionais e estrangeiras e os títulos de renda fixa por valores em moeda estrangeira, sujeitos a índices de remuneração não significativos e variação cambial para moeda estrangeira.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	31/12/2018	31/12/2017
Prestação de serviços - nacional	284.593	396.613
Prestação de serviços - exterior	47.734	28.173
Subtotal	<b>332.327</b>	<b>424.786</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(163.570)	(150.184)
Total	<b>168.757</b>	<b>274.602</b>
Parcela classificada no ativo circulante	168.271	173.768
Parcela classificada no ativo não circulante	486	100.834
Composição por vencimento das contas a receber		

	31/12/2018	31/12/2017
A faturar	22.448	15.137
A vencer	122.454	111.445
Vencidos - 0 a 30 dias	14.410	23.133
Vencidos - 31 a 60 dias	5.569	100.347
Vencidos - 91 a 180 dias	-	66
Vencidos - Mais de 181 dias	167.446	174.658
Total	<b>332.327</b>	<b>424.786</b>

**Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	31/12/2018	31/12/2017
Saldos no início do exercício	(150.184)	(99.115)
Constituição (Nota 21)	(13.386)	(51.069)
Saldos no fim do exercício	<b>(163.570)</b>	<b>(150.184)</b>

**10. INVESTIMENTOS**

	Participação total no capital (%)		Patrimônio líquido (negativo) ajustado		Lucro (prejuízo) líquido ajustado		Ajustes de avaliação patrimonial		Transação com sócios		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo de investimentos	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Controladas	100,00	100,00	(18.300)	(35.356)	3.966	(6.669)	13.091	(454)	-	-	3.966	(6.669)	(18.300)	(35.356)
Camargo Corrêa Angola Engenharia e Construções, Ltda.	99,97	99,97	41.890	39.483	(720)	2.250	4.708	1.807	-	-	(720)	2.250	41.878	39.471
Camargo Corrêa Equador - Subsidiária	100,00	99,00	27.425	14.865	5.514	(14.961)	6.586	11.775	-	-	5.514	(14.811)	27.425	14.717
Camargo Corrêa Moçambique, Ltda.	100,00	100,00	40.116	36.879	3.275	172	3	(163)	-	-	3.275	172	40.116	36.879
CENEN Projetos de Engenharia S.A.	100,00	100,00	(8.115)	1.758	(16.390)	4.492	19.675	(5.107)	-	-	(16.390)	4.492	(8.115)	1.758
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - Sucursal Argentina	-	100,00	-	88.133	-	22.976	1.763	1.883	-	-	4.456	22.976	-	88.133
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - Sucursal Colômbia (Nota 1)	100,00	100,00	(57.178)	(104.379)	(1.647)	(11.830)	(6.449)	(4.838)	-	-	(1.647)	(10.657)	(57.178)	(104.379)
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - Sucursal Peru	100,00	100,00	120	(1.196)	(19)	(19.886)	-	-	-	-	(19)	(19.689)	120	(1.184)
Marabá Energia Ltda.	100,00	100,00	(39.553)	(54.979)	(39.932)	59.789	(76.496)	(64.647)	749	-	(39.932)	59.789	(39.553)	(54.979)
Sucursal Camargo Corrêa Venezuela	100,00	100,00	31.268	28.361	(444)	(1.752)	3.351	3.955	-	-	(444)	(1.752)	31.268	28.361
SW Southern Investments Ltd	100,00	100,00	(11.031)	(28.994)	(2.442)	(435)	-	-	(28.559)	-	(2.442)	(435)	(11.031)	(28.994)
CCI Construções Offshore S.A.	100,00	100,00	413.934	310.387	(51.987)	(13.400)	2.950	-	-	-	(51.987)	(13.400)	413.934	310.387
Camargo Corrêa Infra Participações S.A. (b)	100,00	-	(18)	-	(9.408)	-	(8.704)	-	(52.361)	-	(9.408)	-	(18)	-
Jitmerly Company S.A. (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto	40,00	40,00	5.883	6.149	(941)	(2.018)	-	-	-	-	(376)	(807)	2.353	2.460
CCDL Construções de Dutos Ltda.	-	66,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	305.631	-	-
CCI Oil & Gas Contractors Inc. (a)	-	49,99	-	4.298	16	1.093	(978)	-	23.111	-	1.016	546	-	2.149
EPC Compra e Venda de Equipamentos Industriais Ltda. (Nota 1)	0,008	0,008	825.000	865.626	(137.500)	(56.822)	7	1	-	-	(15)	(5)	62	71
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	33,33	33,33	51.506	37.562	56.979	35.683	2.260	613	-	-	18.991	11.893	17.167	12.519
Intersur Concesiones S.A. - Peru	28,32	28,32	6.982	6.764	(1.593)	894	-	-	-	-	(451)	253	1.977	1.916
NEDL Construções de Dutos do Nordeste Ltda.	25,00	25,00	(12.824)	(13.173)	(209)	(1.902)	-	-	-	-	(52)	(1.527)	(3.206)	(3.293)
Unicon - União de Construtoras Ltda.	33,33	33,33	24.702	5.219	20.376	15.951	-	-	-	-	6.791	4.835	8.233	1.740
Operator Surperú S.A.	-	-	-	-	-	-	(298)	131	-	-	(7)	(81)	269	3.131
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	(9.708)	(330)	-	(7)	(81)	269	3.131	2.291
Total	-	-	-	-	-	-	(48.239)	(55.374)	(52.361)	(4.706)	(79.955)	343.354	450.263	314.667
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	587.664	543.566	587.664
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(137.401)	(228.899)	(137.401)

Classificados no ativo não circulante - Investimentos

Classificados no passivo não circulante - Provisão para perdas em controladas e controladas em conjunto

(a) Em 14 de abril de 2015, a Companhia passou a deter 63,10% do capital da CCI Oil & Gás Contractors Inc. ("CCI") através de um aporte de aproximadamente R\$305 milhões no capital dessa empresa. Anteriormente a essa transação, a parte relacionada Camargo Corrêa Naval Participação Ltda. detinha 99,99% do capital da CCI; após o referido aporte de capital, a participação foi reduzida para 36,37%. Como na data do aporte de capital o patrimônio líquido da CCI era negativo, essa transação gerou uma perda acumulada de R\$360.344 entre empresas do mesmo grupo econômico, contabilizada diretamente no patrimônio líquido na rubrica "Transações com sócios" da Companhia (Nota 18). Em 07 de dezembro de 2017, a empresa CCI Oil & Gás Contractors Inc. encerrou suas atividades, e o resultado positivo apurado foi em decorrência do sucesso obtido em arbitragem.

(b) A subsidiária Camargo Corrêa Infra Participações S.A., através de sua controlada Camargo Corrêa Infra Projetos S.A., possui participações indiretas de 55% no Consórcio CCC Ituango ("Consórcio") localizado na Colômbia, e que tem por objeto principal a execução de obra civil na Usina Hidrelétrica de Ituango. O prazo previsto para encerramento da obra era 28 de dezembro de 2018. Entre os meses de abril e maio de 2018, foram registrados incidentes de proporção significativa, que resultou em obstrução no túnel de desvio do rio Cauca, e consequente represamento da água, que resultou na paralisação no andamento das obras originalmente contratadas. O prazo contratual desse projeto foi encerrado sem a conclusão da referida obra, mas o Consórcio vem realizando obras contingenciais para a mitigação dos efeitos desse incidente, sendo devidamente formalizadas através de aditivos contratuais junto ao contratante. Adicionalmente, o Consórcio vem envidando todos os esforços junto à contratante para avaliar os danos causados e os eventuais serviços a serem prestados para a conclusão da obra.

A movimentação do investimento é demonstrada como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	314.667	(79.955)
Resultado da equivalência patrimonial	(52.361)	58.232
Transações com sócios	58.232	(5.192)
Aumento de capital, líquido da cisão de investimentos (Nota 1)	61.901	19.886
Incorporação de investidas (Nota 1)	198.360	(48.239)
Aumento de capital, líquido (a)	(77)	(368)
Aumento de capital por partes relacionadas (b)	(15.333)	(9.300)
Transferência de partes relacionadas (c)	(1.388)	8.985
Ajustes de avaliação patrimonial	450.263	450.263
Dividendos recebidos (d)	-	-
Provisão para perda de investimento (Nota 21)	-	-
Dividendos a receber	-	-
Outros	-	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	450.263	450.263

(a) Refere-se, substancialmente, a aumento de capital de R\$55.296 na Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - Sucursal Peru, R\$2.095 na Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. - Sucursal Argentina e R\$1.303 na Marabá Energia Ltda.

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.514	120.174
Adições	(77)	(42.347)
Baixa	(368)	(9.133)
Depreciação	-	(11.208)
Transferências	60	528
Provisão para perda ao valor recuperável "impairment"	-	(134.017)
Cisão de ativos	11.129	149.501
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.129	149.501
Adições	-	52
Baixa	(733)	(43.176)
Depreciação	(328)	(7.857)
Transferências (*)	-	(56)
Reversão para perda ao valor recuperável "impairment"	-	1.289
Cisão de ativos (Nota 1)	-	(64.637)
Incorporação de ativos (Nota 1)	-	3.126
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10.068	38.242

(\*) O saldo refere-se à transferência de intangível para ativo imobilizado de R\$321 e a equipamentos e veículos classificados anteriormente como bens destinados à venda, líquida de depreciação de R\$779 negativo (Nota 8).

**12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Modalidade	Vencimento final até	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
FINAME	2023	3% a TJLP/ 10% a.a.	4.657	82.125
CDC	2018	4,7% a 6,9% a.a.	-	4.051
Total	-	-	<b>4.657</b>	<b>86.176</b>
Parcela classificada no circulante	-	-	2.429	25.048
Parcela classificada no não circulante	-	-	2.228	61.128

(\*\*) Em 2018 houve cisão parcial do saldo de R\$62.968 conforme mencionado na Nota 1.

As parcelas de longo prazo, em 31 de dezembro de 2018, vencem como segue:

Ano	Valor
2020	1.257
2021	620
2022	219
2023	132
Total	<b>2.228</b>

FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.

CDC - Crédito Direto ao Consumidor.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. Taxa aplicável para 2018 de 7% (7% em 2017).

**Garantias**

Em garantia dos financiamentos na modalidade FINAME e CDC foram concedidas alienações fiduciárias dos equipamentos adquiridos.

Nos empréstimos e financiamentos acima destacados, não há cláusulas contratuais que requeiram a manutenção de índices financeiros "covenants".

**13. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de gratificações	16.497	32.116
Salários e encargos sociais a recolher	13.233	18.568
Provisão de férias e encargos a recolher	7.780	14.977
Outros	12.471	14.773
Total	<b>49.981</b>	<b>80.434</b>

**14. IMPOSTOS A RECOLHER**

	31/12/2018	31/12/2017
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (*)	-	126.444
Imposto Sobre Serviços - ISS	7.908	9.714
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	5.315	4.944
INSS desoneração a recolher	3.568	2.468
Programa de Seguridade Social - PIS	1.062	985
Outros	887	2.435
Total	<b>18.740</b>	<b>146.990</b>

(\*) Em 2017, a Companhia aderiu ao Programa especial de regularização tributária PERT (instituído pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017) para regularização de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF. O montante submetido ao refinanciamento foi de R\$311.502. O efeito no resultado do exercício de 2017 foi de R\$188.649 (Nota 21), sendo o montante de R\$126.444 referente ao montante parcelado e liquidado em janeiro de 2018. Não foram utilizados prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social como forma de compensação.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2018**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

b) O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentado no balanço patrimonial são compostos como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Natureza ativa		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e outras	58.885	110.940
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.326	51.131
Provisões para serviços de terceiros	21.676	19.638
Provisão para perdas com investimentos	-	13.561
Provisões para participação nos lucros	4.681	10.230
Outros	3.214	1.950
Ativo não circulante	121.782	207.450
Natureza passiva		
Variação cambial (*)	73.749	36.522
Lucros não realizados - órgãos públicos	15.964	14.224
Lucros no exterior	13.790	8.067
Diferença entre a vida útil fiscal e contábil do ativo imobilizado (**)	3.248	32.357
Outros	15.031	8.176
Passivo não circulante	121.782	99.346
Saldo líquido no ativo não circulante	-	108.104

(\*) Nos exercícios de 2018 e de 2017, a Companhia optou pelo regime caixa para tributação da variação cambial.

(\*\*) Em 2018 houve cisão parcial do saldo de R\$29.903 conforme mencionado na Nota 1. A realização das diferenças temporárias atuais possui expectativa em prazo inferior a dez anos, conforme realizações econômicas ou financeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de R\$272.766 de prejuízos fiscais, sobre o qual não há reconhecimento de tributos diferidos, por falta de perspectiva de realização.

**17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS, CÍVEIS E OUTRAS**

A Companhia possui processos judiciais perante vários tribunais, decorrente do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e tributários e outros assuntos. Os processos envolvem autos de infração, pleitos de indenização, requerimentos de revisão de contratos e outras ações cujos valores requeridos ou impostos podem não refletir o que será definido na sentença final. Com base em opiniões de seus consultores jurídicos, análise das demandas judiciais e experiência referente às quantias reivindicadas, a Companhia constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis para as ações em curso, como segue:

	Depósitos		Processos			
	Judiciais	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Outras	Total
	(d)	(a)	(b)	(c)	(e)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(45.766)	129.281	18.629	56.268	201.641	360.053
Adições/baixas	(2.402)	56.413	11.058	(25.456)	(89.113)	(49.500)
Pagamentos	-	(27.704)	(10.306)	(1.736)	-	(39.746)
Atualizações	-	(5.075)	5.540	2.145	-	2.610
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(48.168)	152.915	24.921	31.221	112.528	273.417
Adições/baixas	23.786	2.848	2.787	(3.799)	106.001	131.623
Pagamentos	-	(32.708)	(1.738)	(1.149)	-	(35.595)
Incorporação "CEI"	-	1.769	849	-	-	2.618
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(24.382)	124.824	26.819	26.273	218.529	372.063

(a) As causas trabalhistas decorrem principalmente de reclamações por responsabilidade subsidiária, diferenças de horas extras e reflexos em verbas rescisórias.

(b) As causas tributárias correspondem principalmente a processos judiciais e administrativos, os quais discutem a exigibilidade de tributos como PIS, COFINS, Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuições Previdenciárias - INSS, Impostos Sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, entre outros.

(c) Basicamente, compostos, por valores derivados das investigações internas relacionadas a operação Lava Jato que continuam sendo realizadas com independência em bases permanentes, visando identificar possíveis irregularidades porventura não identificadas. Em 2017 foram firmados novos acordos, já refletidos nas obrigações a pagar da Companhia (Nota 15). Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, identificou e avaliou os riscos com desfecho considerado: (i) possível de perda de até R\$100 milhões, para os quais nenhuma provisão foi registrada; e (ii) provável perda de R\$200 milhões, para os quais foi complementada R\$130 milhões após as movimentações dos eventos ocorridos no exercício. A Companhia é parte de investigação em curso no Peru, contudo, a Administração, baseada na opinião de seus advogados, considera remota a possibilidade de alguma repercussão para a Companhia.

(d) No ativo não circulante para fazer face aos processos judiciais em andamento classificados com probabilidade de perdas possíveis ou remotas, a Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas de R\$30.770 (R\$32.950 em 31 de dezembro de 2017), tributários de R\$13.104 (R\$13.115 em 31 de dezembro de 2017) e cíveis de R\$18.502 (R\$4.494 em 31 de dezembro de 2017), totalizando R\$62.376 (R\$50.559 em 31 de dezembro de 2017). Adicionalmente, no passivo não circulante estão apresentados depósitos judiciais para fazer face ao contencioso classificado com probabilidade de perda provável no valor de R\$24.382 em 2018 (R\$48.168 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui causas com probabilidade de perda classificada como possível, não tendo sido, portanto, contabilizadas provisões para riscos: R\$92.954 (R\$242.447 em 31 de dezembro de 2017) de causas trabalhistas, referentes a responsabilidade subsidiária, diferenças de horas extras e reflexos em verbas rescisórias; R\$567.612 (R\$547.465 em 31 de dezembro de 2017) de riscos tributários, referentes, substancialmente, a processos de ICMS, COFINS e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF; e R\$632.344 (R\$744.072 em 31 de dezembro de 2017) de causas cíveis, referentes a indenizações decorrentes de desavenças comerciais, indenização por danos materiais e morais, e danos causados por acidente de veículos.

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital social**  
O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.420.192 (R\$3.148.960 em 31 de dezembro de 2017) representado por 795.036 ações nominativas em 2018 e 2017, sem valor nominal, sendo 685.312 ordinárias em 2018 e 109.724 preferenciais em 2018 e 2017. Cada ação preferencial terá prioridade na distribuição de dividendos anuais, não cumulativos, até o limite de 6% sobre o valor que resultar da divisão do valor do capital social pelo número de ações emitidas.

Em 28 de novembro de 2018, a CCCP, em Assembleia Extraordinária, aprovou a incorporação da Camargo Corrêa Energia e Indústria S.A. (Nota 1) pela Companhia absorvendo o acervo líquido negativo de R\$728.768, não sendo alterado o número de ações.

**Transação com sócios**  
O saldo de transação com sócios é representado por perda em transações com investimentos envolvendo companhia dentro do mesmo grupo econômico sendo: R\$28.559 na CCI Construções Offshore S.A. realizado em 2017 e R\$360.344 na CCI Oil & Gas Contractors Inc. em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Em 2018, houve transações com partes relacionadas envolvendo companhia dentro do mesmo grupo econômico ocasionando perda de R\$19.766 com Jiltmery Company S.A.

As principais variações de saldos do exercício com as investidas, em 2018, estão apresentadas na Nota 10.

**Reserva legal**  
Representa 5% do lucro líquido do exercício observado o limite estabelecido em lei.

**Reserva para renovação de equipamentos**  
Destinada uma parcela de 5% à reserva para renovação de equipamentos, observado o limite máximo de 30% do capital social.

**Dividendos**  
Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto e com a Lei das Sociedades por Ações.

**Lucro (prejuízo) por ação**  
A seguir está demonstrada a reconciliação do resultado líquido com os valores utilizados para calcular o lucro (prejuízo) básico por ação:

	31/12/2018	31/12/2017
Numerador		
Alocação do (prejuízo) lucro líquido do exercício para os acionistas	(382.876)	316.378
Denominador		
Média ponderada de ações	795.036	662.682
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação (em reais)	(481.582)	477.42

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas que poderiam diluir os resultados por ação. Por isso, o lucro básico e diluído por ação não apresentam diferença.

**19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

A seguir está demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado do exercício:

	2018	2017
Receita bruta		
Prestação de serviços - nacionais	215.362	1.154.260
Prestação de serviços - exterior	6.743	437
Venda de mercadorias	62	938
	222.167	1.155.635
Deduções das receitas		
PIS e COFINS	(7.476)	(30.327)
ISS	(4.899)	(22.926)
	(6.486)	(29.662)
Contribuição previdenciária (*)	(18.861)	(82.915)
	203.306	1.072.720

(\*) Em 1º de dezembro de 2015, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) passou de 2% para 4,5% ou 20% (contribuição patronal) sobre a folha de pagamento, conforme Lei nº 13.161, de 31 de agosto de 2015 e instrução normativa RFB nº 1.597, de 1º de dezembro de 2015. Adicionalmente à CPRB, a Companhia reconhece, os demais tributos incidentes sobre as receitas, baseada nas alíquotas vigentes e seguindo o regime de competência, dentre os principais estão PIS/COFINS e ISS.

**20. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(45.275)	(207.761)
Salários e benefícios a empregados	(217.071)	(447.411)
Serviços de terceiros	(67.716)	(245.935)
Despesas com aluguel	(17.975)	(45.085)
Depreciação e amortização	(26.608)	(21.396)
Remuneração dos administradores (Nota 6)	(7.824)	(11.683)
Despesas com locomoção, viagens e refeições	(4.284)	(7.795)
Despesas com consumo	(3.941)	(7.725)
Despesas com frete	(1.447)	(4.266)
Manutenção de máquinas, móveis, veículos e equipamentos	(4.111)	(6.788)
Despesa com seguros, comissões e prêmios de fianças	(8.504)	(16.367)
Custos a incorrer	(8.795)	(5.408)
Outras despesas	(4.068)	(50.389)
Total	(412.619)	(1.078.009)
Custo dos serviços prestados	(253.309)	(851.815)
Despesas gerais e administrativas	(159.310)	(226.194)

**21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

	2018	2017
Ganho na alienação de investimentos (a)	56.274	-
Ressarcimento de custo arbitral (b)	48.190	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e outros	(187.404)	(46.890)
Perda na alienação de imobilizado	(11.670)	(12.189)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5)	(13.386)	(51.069)
Multas federais (c) (Nota 14)	(60)	(188.649)
Provisão para perda com investimento (Nota 10)	(9.300)	(10.249)
Despesas com doações	(4)	(52)
Outras receitas (despesas) líquidas	7.018	22.927
Total	(110.342)	(286.171)

(a) Em 18 de maio de 2018, a Companhia concluiu a venda de sua participação na controlada em conjunto Sistema Produtor São Lourenço S.A. para a empresa de Engenharia e Saneamento (China Gezhouba Group).

(b) Em 2018, a Companhia foi ressarcida pelos custos de arbitragem originada pela investida CCO Oil & Gas Contractors Inc..

(c) Em 2017 refere-se à adesão ao Programa de Regularização Tributária - PERT.

**22. RESULTADO FINANCEIRO**

	2018	2017
Receitas financeiras		
Variação monetária (a)	44.901	78.503
Rendimento financeiro	23.540	11.943
Outras (b)	10.759	322.295
	79.200	412.741
Despesas financeiras		
Variação monetária (c)	(44.653)	(64.556)
Despesas bancárias	(1.562)	(551)
Juros sobre empréstimos	(1.184)	(5.192)
Multa sobre obrigações	(541)	(1.508)
Outras	(876)	(281)
	(48.816)	(72.088)
	128.057	5.826
	158.441	346.479

Variação cambial, líquida (d)  
Resultado financeiro

(a) Refere-se, substancialmente, à variação monetária ativa da atualização CDI e Selic da venda da Atila Holdings S.A. para a Mover Participações S.A.

(b) Em 2017, refere-se, substancialmente à variação monetária de acordos firmados com os clientes ESBR - Energia Sustentável do Brasil S.A. e Anglo American Brasil Ltda. Em 2018, refere-se substancialmente a partes relacionadas.

(c) Refere-se à variação monetária passiva referente à atualização de CADE e MP - Acordo civil para ressarcimento.

(d) Refere-se substancialmente a variações cambiais com as partes relacionadas (Nota 6) e títulos de renda fixa em moeda estrangeira (Nota 4).

**23. COMPROMISSOS**

**Garantias**  
Em agosto de 2015, a Companhia emitiu nota promissória no valor de R\$69.987 dada em garantia ao contrato de financiamento celebrado pelo Estaleiro Atlântico Sul S.A. com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Em novembro de 2018, o valor da nota promissória foi reduzido para R\$51.773.

**Contratos de arrendamento operacional**  
Os contratos de arrendamentos operacionais de imóveis e de locação de equipamentos têm prazos de duração entre um e cinco anos. A estimativa de pagamentos de aluguéis, em valores nominais, é composta por:

	2018	2017
Até 1 ano	5.530	5.654
De 1 a 5 anos	78	4.974
Total	5.608	10.628

**24. SEGUROS**

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem, responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	2018	2017
Danos materiais	7.774	163.756
Risco de engenharia	941.993	2.148.305
Responsabilidade civil	86.925	127.300
Risco de transporte	9.552	102.697
Outros	2.805	34.740

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

**25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

a) **Previdência privada**  
A Companhia possui plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, e em 2018, contribuiu com R\$1.028 (R\$2.168 em 2017), registrado na rubrica de "Salários, provisões e contribuições sociais".

b) **Outros benefícios a empregados**  
São concedidos ainda outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. A Companhia não possui benefícios pós-emprego.

**26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**26.1. Política para contratação de instrumentos financeiros derivativos**  
Em virtude das obrigações financeiras assumidas pela Companhia, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais e de taxas de juros assumidos pelas operações, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos. Conforme mencionado na nota 3.9, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía saldos de instrumentos financeiros derivativos.

**26.2. Categorias de instrumentos financeiros**  
Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, estão abaixo demonstrados. Os valores contábeis desses instrumentos financeiros estão demonstrados abaixo:

	Hierarquia de valor justo	Categoria	2018	2017
<b>Ativos financeiros</b>				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (Nota 4)	2	Valor justo no resultado	411.729	873.151
Contas a receber de clientes, líquida de valores a faturar (Nota 5)	2	Custo amortizado	146.309	259.465
Partes relacionadas (Nota 6)	2	Custo amortizado	796.470	1.254.396
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	2	Custo amortizado	4.657	86.176
		Custo amortizado	69.095	128.528
Fornecedores	2	Custo amortizado	79.083	11.859

Partes relacionadas (Nota 6)  
Outras obrigações, líquida de provisões e impostos (Nota 15)

Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e dos investimentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, a Companhia, no encerramento de cada período, realiza o cálculo desses valores com base nas informações disponíveis no mercado futuro, além de consultar as instituições financeiras com as quais as operações foram celebradas. Não existem diferenças significativas entre os valores contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros.

**Hierarquia de valor justo**  
A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

**Nível 1:** preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
**Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;  
**Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.  
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2. A Companhia utiliza o Nível 2 de hierarquia do valor justo, conforme definido pelo CPC 39.

**26.3. Exposição a riscos de taxas de câmbio**

A Companhia possui investimentos no exterior para os quais não contrata instrumentos de proteção. Os principais saldos denominados em moeda estrangeira representada substancialmente por dólar norte-americano estão relacionados a seguir:

	2018	2017
Ativo		
Títulos e valores mobiliários	225.512	460.650
Contas a receber	47.734	37.285
Partes relacionadas	261.689	390.732
Total do ativo exposto	534.935	888.667
Passivo		
Fornecedores	61	27
Partes relacionadas	-	798
Total do passivo exposto	61	825
Exposição líquida	534.874	887.842

**26.4. Exposição a riscos de taxas de juros**  
A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários principalmente relacionados às variações do CDI e TJLP nos empréstimos e financiamentos. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI. Estas posições estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Ativo		
Títulos e valores mobiliários	225.512	460.650
Contas a receber	47.734	37.285
Partes relacionadas	261.689	390.732
Total do ativo exposto	534.935	888.667
Passivo		
Fornecedores	61	27
Partes relacionadas	-	798
Total do passivo exposto	61	825
Exposição líquida	534.874	887.842

**26.5. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**  
A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, das variações de ativos e passivos relevantes da Companhia e aqueles expostos a variações do CDI, da taxa Selic, da TJLP e do dólar norte-americano é conforme segue:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações Finance		